



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682589 - AP (2021/0233839-8)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : SANDRO DE SOUZA GARCIA
ADVOGADO : SANDRO DE SOUZA GARCIA - AP001236
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
PACIENTE : VINICIUS FERREIRA DE SOUZA (PRESO)
CORRÉU : MAICK COSTA MORAES
CORRÉU : TIAGO PANTOJA BORGES
CORRÉU : BENEDITO LIMA CARVALHO
CORRÉU : FRANCYS ALEXANDRE FIGUEIRA TAVARES
CORRÉU : GERRAR VASCONCELOS DOS SANTOS
CORRÉU : DANIEL BATISTA DE SOUSA
CORRÉU : ISABELLE CHRISTINE MONTEIRO FACANHA
CORRÉU : LUIZ CARLOS FERREIRA DA SILVA
CORRÉU : VANESSA ALVES DA SILVA
CORRÉU : ELTON JHON DE OLIVEIRA GOMES
CORRÉU : LUCAS DOS SANTOS DA SILVA
CORRÉU : JOSE AILTON SANTOS PEREIRA
CORRÉU : LUCAS FERREIRA DA CRUZ
CORRÉU : ALBERTO MAGNO DA SILVA LOBATO
CORRÉU : IGOR MATEUS BARBOSA DE PAULA
CORRÉU : AILTON CARVALHO SENA
CORRÉU : MATEUS MIRANDA
CORRÉU : HERICK PATRICK MOURA MORAES
CORRÉU : JHONY IURY DE SOUZA PINTO
CORRÉU : DAIANE SABOIA DOS SANTOS
CORRÉU : KAIO CAMPOS DOS SANTOS
CORRÉU : JOSE VALDO PENHA GONCALVES FILHO
CORRÉU : MALENA FURTADO VAZ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VINICIUS FERREIRA DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ (HC n. 0001251-63.2021.8.03.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do delito previsto no artigo 2º, §§ 2º, 3º e 4º, da Lei n. 12.850/2013.

O impetrante destaca haver excesso de prazo na custódia cautelar, uma vez que o paciente se encontra preso há aproximadamente 2 anos, sem a formação de culpa definitiva.

Aduz que "a manutenção do encarceramento se mostra ilegal e abusiva, vez que a denúncia se reporta a Lei Específica 12.850/2013, que dispõe normas e prevê prazo absoluto para encerramento da instrução" (e-STJ fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja relaxada a prisão preventiva do paciente, aplicando-lhe medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Isso porque foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 37/39):

[...]

A Excelentíssima Senhora Desembargadora SUELI PINI (Relatora) - Conforme se verifica no o histórico do andamento processual eletrônico da Ação Penal nº 0011240- 58.2019.8.03.0001, constata-se que o feito está sendo regularmente movimentado, não se constatando conduta desidiosa e/ou morosidade injustificada na condução do processo. Ao contrário, vê-se que a lentidão da marcha processual ainda se mostra razoável, tendo em vista a complexidade da causa e as ocorrências processuais.

Aliás, vê-se que o Juízo apontado coator, objetivando assegurar a duração razoável do processo, determinou o desmembramento do feito, que prosseguiu apenas com os réus presos, não se vislumbrando, pelo menos por ora, a presença das hipóteses autorizadoras de um novo desmembramento, tal como sustentado pelo impetrante.

Ademais, o paciente se encontra preso cautelarmente em razão de decisão nos autos do Pedido de Prisão Preventiva nº 0007087-79.2019.8.03.0002, pela acusação de integrar organização criminosa denominada "FAMÍLIA TERROR DO AMAPÁ - FTA", tendo sido denunciado, com mais 40 corréus, nos autos da Ação Penal Pública nº 0011240-58.2019.8.03.0002, pela prática delituosa ínsita no art. 22, "caput", §§2º, 3º e 4º, inc. I, da lei nº 12.850/2013.

Portanto, considerando o regular andamento do feito, não há que se falar de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Ademais, o excesso de prazo não pode ser aferido apenas por simples meio aritmético, mas sim, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo em vista a complexidade do feito, a ocorrência de incidentes processuais, pluralidade de réus e testemunhas, concurso de agentes, quantidade de vítimas, enfim, um universo de atos necessários à formação da culpa, etapa necessária à emissão de juízo absolutório ou condenatório.

Nesse sentido, segue precedentes do STJ:

[...]

Também não assiste razão ao impetrante na parcela em que pretende a revogação da segregação cautelar, tendo em vista que ainda persiste um dos motivos que levaram a decretação dessa medida extrema.

Veja-se que o pressuposto da garantia da ordem pública ainda se mostra evidente, pois a organização criminosa denominada "FAMÍLIA TERROR DO AMAPÁ - FTA", de que o paciente é acusado de integrar, é dada à prática de inúmeros crimes, como homicídios, porte de armas de fogo de uso restrito, tráfico de entorpecentes, associação para o tráfico de entorpecentes, roubos à mão armada, participação de adolescentes e outros.

Ademais, o paciente, segundo consta da Ação Penal n.º 0011240- 58.2019.8.03.0002, é um dos fundadores da organização criminosa, possuindo matrícula de n.º 26, sendo coordenador do município de Santana-AP, sendo ainda manifesta a sua periculosidade, que além de responder ao processo - crime por integrar organização criminosa (Ação Penal Pública n.º 0011240-58.2019.8.03.0002), possui condenação, com trânsito em julgado, pela prática do crime de tráfico de drogas (Processo n.º 0004168-30.2013.8.03.0002) e ameaça (Processo n.º 0006998- 61.2016.8.03.0002), além de recentemente haver sido condenado pela posse de arma de fogo de uso restrito (Processo n.º 0005646-97.2018.8.03.0002).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência